

*As mulheres na produção socioespacial de Goiânia:
invisibilidade e sexismo*

*Women in the socio-spatial production of Goiânia:
invisibility and sexism*

*Mujeres en la producción socioespacial de Goiânia:
invisibilidad y sexismo*

Márcia Cristina Hizim Pelá
Centro Universitário Alfredo Nasser
marciapela@unifan.edu.br

Eguimar Felício Chaveiro
Universidade Federal de Goiás
eguimar@hotmail.com

Resumo

Goiânia, como qualquer outro espaço urbano, é produto social e, por isso, a produção das suas formas e dos seus conteúdos é amalgamada pelo capitalismo e pela cultura do patriarcado, contextos econômicos e culturais que a situam no tempo e no espaço. A questão central deste artigo é averiguar quais as implicações deste processo na dinâmica espacial da cidade e no cotidiano de vida das mulheres goianienses. As reflexões aqui apresentadas foram compostas por pesquisas acumuladas sobre a produção socioespacial de Goiânia; teses, dissertações e livros que tratam das histórias das mulheres e das cidades; e por uma pesquisa online realizada em 2021.

Palavras-chaves: Goiânia. Mulheres. Capitalismo. Patriarcado.

Abstract

Goiânia, like any other urban space, is a social product and, therefore, the production of its forms and contents is amalgamated by capitalism and the culture of patriarchy, economic and cultural contexts that place it in time and space. The central issue of this article is to investigate the implications of this process in the spatial dynamics of the city and in the daily life of women from goianienses. The reflections presented here were composed of accumulated research on the socio-spatial production of Goiânia; theses, dissertations and books dealing with the stories of women and cities; and by an online survey conducted in 2021.

Keywords: Goiânia. Women. Capitalism. Patriarchy.

Resumen

Goiânia, como cualquier otro espacio urbano, es un producto social y, por tanto, la producción de sus formas y contenidos se amalgama entre el capitalismo y la cultura del patriarcado, contextos económicos y culturales que lo sitúan en el tiempo y el espacio. El tema central de este artículo es investigar las implicaciones de este proceso en la dinámica espacial de la ciudad y en la vida cotidiana de las mujeres goianienses. Las reflexiones aquí presentadas se componen de investigaciones acumuladas sobre la producción socioespacial de Goiânia; tesis, disertaciones y libros sobre historias de mujeres y ciudades; y por una encuesta en línea realizada en 2021.

Palabras clave: Goiânia. Mujeres. Capitalismo. Patriarcado.

Introdução

Este artigo, fruto das investigações da pesquisa de Pós-Doutorado “As mulheres e a construção do espaço de Goiânia”, realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, propõe analisar como a cultura sexista, machista e patriarcal se materializa no espaço urbano de Goiânia e, conseqüentemente, quais os impactos deste na vida cotidiana das mulheres.

Como sabido, Goiânia é a primeira cidade-capital planejada no século XX na região Centro-Oeste do Brasil. A cidade que hoje é uma metrópole e conta uma população estimada de 1.536.097 habitantes (IBGE, 2020) nasceu com objetivo específico de ser o projeto urbano piloto do processo de ocupação e modernização do território brasileiro e do Cerrado. Em outras palavras: Goiânia é a concretude da nova geopolítica territorial do país e a representação prático-sensível do espaço moderno nacional, haja vista que a cidade, dentro desta conjuntura, será o epicentro político, econômico e sociocultural do Brasil urbano e industrial.

Desde então, tornou-se fonte de investigação e inspiração de diversos pesquisadores. Há, contudo, um predomínio em enfatizar apenas o resultado – ou enquanto forma, ou enquanto função, ou enquanto estrutura –, ou seja, as análises fundamentam-se no espaço produzido, e não no processo de produção do espaço. Fato que pode gerar duas graves implicações no processo de análise socioespacial.

A primeira é a leitura fragmentada de Goiânia, uma vez que ora privilegia apenas o empírico, racional, epistemológico ou descritivo, ora privilegia o cultural ou o subjetivo, ou seja, fragmenta tanto o espaço como o ser humano; por conseguinte, cinde a relação natureza-humanidade-espaço. Já a segunda é a ampliação da lacuna analítica da produção do espaço, visto que é a partir do entendimento desse processo que será possível desvelar as relações e práticas sociais que tornam o espaço condição, produto e meio, fato que, além de diferenciá-lo de uma mercadoria qualquer, também permite compreender “[...] a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres.” (CALIÓ, 1991, p. 2).

Desigualdade esta que está diretamente relacionada com os que pensam, escrevem e operam na cidade que, ao se colocar como os detentores da racionalidade urbanística, além de criar a falaciosa ideia de neutralidade na resolução dos problemas urbanos em nome de todos(as), também cooperam para a exclusão histórica das mulheres

na política, no planejamento urbano, nas discussões e na elaboração de propostas sobre os problemas vividos pela cidade até o final do século XX. Isto é um paradoxo, haja vista que estas mulheres sempre estiveram presentes nas cidades usufruindo dos serviços públicos e de lazer, habitando as casas, andando nas ruas e trabalhando (VIEIRA, 2013).

Por isso é imprescindível realizar uma leitura de Goiânia a partir do entendimento da totalidade desse sistema de dominação econômica (capitalismo) e sexual (patriarcado), visto que, conforme Calió (1991), este é um caminho possível para analisar a questão da mulher dentro do sistema urbano, uma vez que tal entendimento permite quebrar o antagonismo entre a vida pública e a vida privada que causa uma invisibilidade da mulher como produtora e produto da cidade.

Frente ao exposto, questiona-se: como desvelar nos conteúdos e nas formas do espaço urbano de Goiânia a relação entre o modo de produção capitalista e a cultura patriarcal? O que os símbolos e a paisagem de Goiânia têm a nos dizer sobre a relação entre a mulher e a cidade?

Responder as estas indagações é que se propomos a seguir.

Capitalismo e patriarcado: vetores fundantes do espaço urbano de Goiânia

Para iniciar este tópico, que trata da relação intrínseca entre o modo de produção capitalista e o modo de vida patriarcal na construção do espaço urbano de Goiânia, tomar-se-á como subsídio a reflexão de duas geógrafas feministas. A primeira é da inglesa Jane Darke (1996, p. 88) que diz que “todo assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais da sociedade que a constrói [...]. Nossas cidades são o patriarcado escrito em pedra, tijolo, vidro e concreto”. Já a segunda, da canadense Leslie Kern (2020, p. 01), apresenta a seguinte reflexão: *as cidades refletem as normas das sociedades que as constroem. E o sexismo é uma norma profundamente enraizada.*

Patriarcado e sexismo são duas faces de uma mesma moeda: o modo de produção capitalista. Os conteúdos de ambos se entrelaçam com as novas formas e dinâmicas socioespaciais da vida urbana na sociedade capitalista, haja vista que o capitalismo, mesmo estando em movimento constante (da acumulação primitiva à rentista), ainda tem como base estruturante a luta de classes, a exploração, a acumulação, a expropriação da força de trabalho, a propriedade privada, a violência e o consumo. Esta contradição entre movimento (que gera a expropriação do trabalho e a acumulação das riquezas) e estagnação (que perpetua a lógica sociocultural de dominação) só sobrevive a partir do controle do movimento social.

Por isso é que o conservadorismo, a fragmentação, a ideologia, a ignorância, entre tantos outros elementos que auxiliam no falseamento da realidade, são vitais para a sobrevivência do sistema capitalista. Neste sistema, o que se anuncia comumente não é plausível de realização, uma vez que se mudam as formas, mas a estrutura é preservada. Estas contradições – que são, dialeticamente, as suas fragilidades e a garantia de sua sobrevivência – materializam-se, de tempos em tempos, nos espaços geográficos, rurais e/ou urbanos, imprimindo novas formas em velhos conteúdos.

Esta materialidade transpõe as dinâmicas socioespaciais e se constituem modos de vida que irão imprimir os conteúdos desejados e necessários para garantir o controle e a opressão. A escravidão, a tentativa de acultramento e extermínio dos povos africanos e americanos e o patriarcado são alguns dos modos de vida que alavancaram e sustentam este sistema. Todos eles, de uma forma ou de outra, têm em sua gênese uma lógica de poder que oprime e, conseqüentemente, tenta aprisionar material e subjetivamente, a classe oprimida, na qual a força de trabalho feminina está enquadrada.

Vale elucidar que a mulher, ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, vem sendo subjugada pela família, pela igreja e pelo Estado. Os mecanismos utilizados vão desde a opressão e o assujeitamento (no qual a sua existência só é reconhecida a partir do outro) até a sua transformação em propriedade privada do homem. Beauvoir (1970) auxilia na compreensão desta assertiva ao explicar que a família patriarcal tem a sua nascitura atrelada ao surgimento do direito e do poder de propriedade do homem sobre: a terra (propriedade privada), sobre a força de trabalho de outro homem (escravidão) e sobre a mulher (opressão).

Fica evidente que o patriarcado é o modelo nuclear do capitalismo, e a opressão da mulher faz parte deste pacote, opressão esta, como anua Federici (2017), inerente à principal alavanca do capitalismo: a violência. Segunda a autora – que apresenta um alargamento ao pensamento de Marx (2013) sobre a chamada acumulação primitiva –, a violência foi o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, haja vista que se baseou na acumulação do trabalho morto (bens roubados) e do trabalho vivo (exploração da força de trabalho humano).

Para os autores, a acumulação seria inerente ao capitalismo, e não um aspecto dele precursor. Contudo para Federici (2017), a sujeição dos corpos das mulheres como um bem comum para o capitalismo e para os homens, foi, juntamente com a expropriação do trabalho do camponês, com o roubo das terras e a subordinação dos povos africanos e americanos, um aspecto fundacional do sistema capitalista. A partir da violência e do medo, coagiu as mulheres a serem “produtoras de mão de obra” e a exercerem gratuitamente os serviços domésticos necessários para sustentar os maridos e os filhos homens que seriam usados como força de trabalho do sistema que emergia.

Está situação demonstra como a acumulação, ao despossuir as mulheres do controle reprodutivo e da sua sexualidade, se estendeu para os seus corpos ampliando a noção de território e dos terrenos de disputas e de luta contra o capitalismo. Por isso que pensar a cidade como espaço demarcado pelo gênero é reconhecer, conforme elucidada Calió (1991), que as relações de poder extrapolam as desigualdades socioespaciais fruto das diferenças socioeconômicas; elas, as desigualdades, também atingem as relações entre os gêneros em relação à construção e evolução do espaço urbano da cidade.

Goiânia é um exemplo concreto desta afirmativa, uma vez que o planejamento inicial e a construção do seu espaço urbano, além de carregarem as contradições entre modernidade-tradição, agrário-rural, urbano-industrial, espaços planejados para a elite gestora-espacos de exclusão para os trabalhadores construtores, também já demonstram,

a partir da divisão social do trabalho entre mulheres e homens, como a cultura sexista e patriarcal vai se materializando na cidade.

Esta conjuntura pode ser evidenciada a partir das declarações do cotidiano de vida das famílias dos operários construtores de Goiânia¹. Neste relato de ‘Dona A’², uma das operárias, diz que, na época, “água não tinha. Aqui em casa tinha cisterna, eu lavava a roupa aqui. Mas as mulheres, muitas levavam a trouxa na cabeça e lavavam ali” [Rio Botafogo, hoje Córrego Botafogo], demonstra como as desigualdades socioeconômicas se entrecruzam com a divisão social do trabalho entre homens e mulheres e se materializa espacialmente.

Acrescentam-se a este cenário os sentimentos de amargura e de decepção a que estas mulheres foram submetidas, conforme se constata no relato de ‘Dona D’³, ao descrever os seus primeiros anos como moradora da Vila Nova:

Aqui era um martírio. Eu chorei, porque saí da minha terra, sem conhecer ninguém, vim pra aqui pra esse lugar, prum barracãozinho que nem porta tinha; nós não podia por, pra falar a verdade. Com tanta gente matando, tiro na rua. Eu fiquei muito nervosa, muito assustada, entendeu? Não tinha rua. Era buraco. Quando chovia dava cada buraco nessa rua! [...]. E eu chorava noite e dia. Arrependi milhões de ter casado. Saí da minha terra... Lá não era bom, mas aqui estava pior. Só de poeira, buraco, matança, sem conforto, não tinha rua, só tinha um trieiro. Formigueiro aqui na oficina era assim, faltava carregar nós. Matava os cachorros e escondia. Maldito mau cheiro, aquele maldito mau cheiro.

A imagem de Goiânia acima descrita é caótica e precária. Revela uma vida dura permeada pelo desencanto, medo, mau cheiro, insegurança, restrição ao espaço público e desigualdades socioespaciais, econômicas e culturais. Mais que isso: ao expor seu cotidiano de vida, nos apresenta as linhas que formam a teia de aprisionamento das mulheres e como, na sociedade capitalista/patriarcal, a violência contra a mulher está diretamente relacionada com a cidade, com as desigualdades socioeconômicas e com as esferas de poder.

Tal violência, apesar dos avanços alcançados desde o final da década de 1970 e início da década de 1980 em decorrência do alargamento das discussões sobre o feminismo e da organização de movimentos sociais de mulheres, que emergem desde década de 1980, ainda perdura na cidade de Goiânia, conforme registrou a pesquisa que realizamos em 2021.

Os dados revelam que 68% das mulheres entrevistadas já foram vítimas de violência e assédio em espaços públicos em Goiânia. O lugar de maior incidência é a rua,

¹ As declarações são frutos das entrevistas realizadas por Pelá em 2008 para sua pesquisa de mestrado e se encontram publicadas em um livro que consta nas referências deste trabalho.

² PELÁ, 2016, p. 66.

³ PELÁ, 2016, p. 56.

com 87,2% dos casos. Em segundo lugar, com 31,9%, estão os espaços de lazer, como bares, parques, shows, teatros, cafés, entre outros. Já em terceiro lugar, com 25,5%, foram apontados locais de compras como supermercados, lojas de vestuário, *shoppings centers* e feiras⁴ (Figura 1).

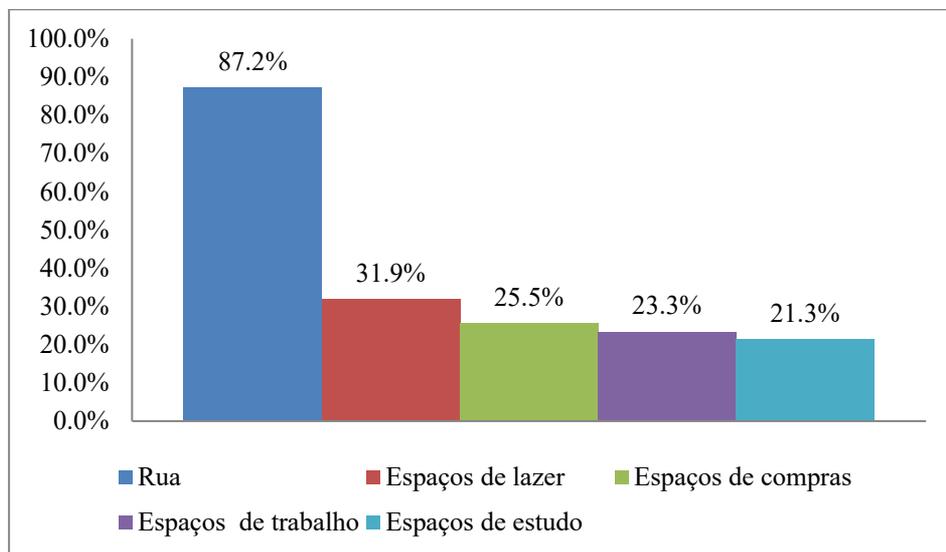


Figura 1: Gráfico dos locais onde as mulheres são violentadas - (Goiânia, 2021)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Esta cruel e indignante realidade de violência contra as mulheres em espaços públicos também é expressa em palavras e podem ser encontradas nas justificativas de algumas perguntas da pesquisa. Na que indaga se a respondente acha Goiânia uma cidade segura para mulheres: 78,5% disseram que não, 7,7% responderam que acham parcialmente e 13,8% falaram que sim. Entre as justificativas das que responderam ‘não’, uma das entrevistadas⁵, Mulher 1(2021) descreve: “uma mulher aqui precisa estar atenta o tempo todo. Com medo para caminhar na rua e andar no transporte público. Até dentro do trabalho. O assédio é constante”.

Em outro depoimento, o cenário de insegurança e assédio enfrentado pelas mulheres goianienses é robustecido, além de ficar evidenciado o desconforto e o sentimento de vulnerabilidade que elas sentem ao expor o seu corpo em público, também expressa o descrédito que elas têm nas instituições de segurança pública:

⁴ A soma dos números ultrapassa 100% em virtude de ter sido possibilitada mais de uma resposta nas questões de múltipla escolha.

⁵ Como não houve identificação das entrevistas, por causa do sigilo ético, utilizaremos como referência bibliográfica, no corpo do texto, o recurso de nomeação-numeração (Mulher1) e a data da pesquisa (2021) para que sejam garantidas as vozes das depoentes.

Não há segurança específica para mulheres, não me sinto segura na rua, de moto ou no transporte público, situações que meu corpo está exposto. Também não sinto segurança em procurar órgãos de segurança quando é necessário, pois eles não estão preparados, de forma geral, para lidar com as mulheres (MULHER 2, 2021).

Duas questões chamam atenção neste testemunho. A primeira delas é que o corpo da mulher é sexuado na e pela cidade, tornando-a vulnerável nos espaços públicos e, conseqüentemente, fazendo-a sentir desconfortável, invadida e insegura. A segunda, diretamente relacionada com a primeira, é a falta de credibilidade das mulheres nas instituições de poderes do Estado, endossada pela baixa incidência e ineficácia punitivas em delitos cometidos por homens e pelo predomínio destes nesses contextos institucionais, homens estes, em sua grande maioria, constituídos culturalmente sob a égide do patriarcado e do capitalismo.

Fica nítido que, apesar de a modernidade e de a vida urbana terem proporcionado às mulheres mais autonomia socioeconômica e mais mobilidade pelas ruas das cidades, libertando-a do enclausuramento familiar e religioso, seu corpo permanece capturado pelas “velhas” estruturas econômicas e culturais e, conseqüentemente, continua a ser marginalizado e controlado pelas instituições de poderes.

Outro depoimento apresenta outros componentes:

Há falta de opções de lazer e espaços públicos que acolham o feminino e tragam segurança [...] Já sofri assédio no ônibus 037 e não tinha uma delegacia perto que pudesse se comprometer com o caso. Isso me faz lembrar outro ponto importante que é a péssima estrutura de mobilidade urbana! Ônibus abarrotados de gente, que atrasam sempre e por falta de opções me fazia sempre ir incomodada, sentindo alguma importunação, como o assédio sexual que é um cara se sentir permitido a e te “encochar” em público. Eu acredito que esse problema é imaterial e envolve a cultura sertaneja que enaltece o patriarcado pela figura do homem bruto e sistemático (MULHER 3, 2021).

Uma análise inicial que pode ser extraída dos depoimentos e dados é que as mulheres não têm a garantia do direito básico de ir e vir nas cidades. A violência contra elas mina as suas subjetividades e as esmaece enquanto cidadãs de direito e, com isso, cria uma “pérfida”, mas potente, falta de possibilidades que tende a as sujeitar às “normas” urbanas sexistas que não proporcionam alternativas de vivenciar, vislumbrar e criar outras ações e relações humanas que possam transformar esta realidade de opressão.

Fica evidente que os mecanismos de controle não se limitam apenas aos seus corpos, como a objetivação do trabalho e da mais-valia; eles extrapolam a materialidade e se dilatam na formação das suas subjetividades. Não por acaso que, conforme pode ser constatado no gráfico abaixo, entre os tipos de agressão que sofrem as mulheres goianienses estão as violências psicológica, com 68,6%, e moral, com 64,7%, sendo estas

as de maior incidência. Em seguida estão a violência física, com 37,2%, e a sexual, com 31,4%.⁶

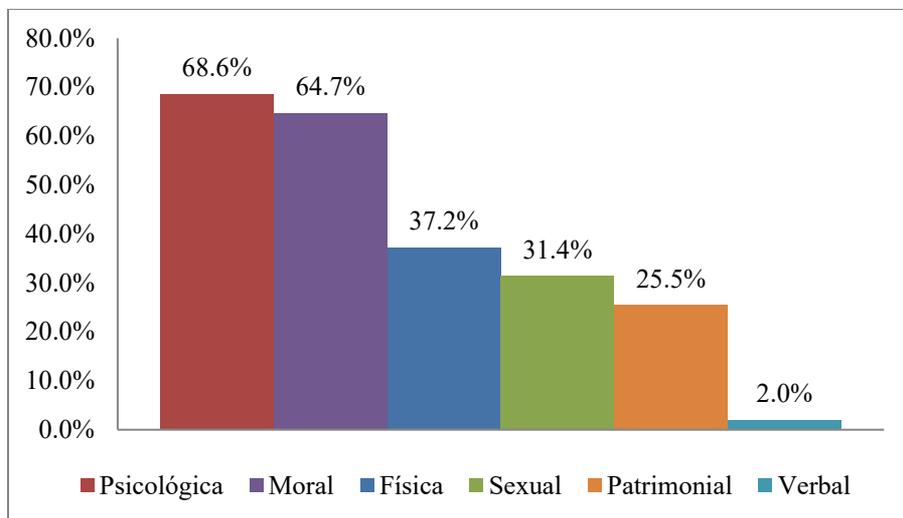


Figura 2: Gráfico dos tipos de agressões sofridas pelas mulheres (Goiânia, 2021)
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em outras palavras, a violência contra as mulheres nos espaços urbanos, ao controlar e restringir, objetivamente, o seu movimento – elemento básico da vida e da existência humana –, adentra em sua subjetividade, promovendo o medo, a sujeição, a vitimização, a alienação, a revolta e tantos outros sentidos, percepções e cognições que passam a ser bases estruturantes em sua forma de sentir, perceber, pensar e agir no mundo. A conjunção destes fatores é constitutiva para que elas repitam e perpetuem o que está posto pelos códigos e normas dos poderes e, em consequência, tenham dificuldade de construir alternativas contra este emaranhado de opressão e violência a que são sujeitadas pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Todo esse enredo gera e reflete a sua invisibilidade que, conforme mostraremos a seguir, materializa-se nos símbolos de Goiânia e, conseqüentemente, em virtude da forjada amnésia socioespacial e histórica acerca da sua condição de produtora da cidade, adentra no inconsciente coletivo e na subjetividade dos sujeitos goianienses.

Sexismo: entre verbos e símbolos

As proposições apontadas até o momento permitem sustentar que a imbricação entre capitalismo e patriarcado, além de produzir espaços sexistas e conceitos machistas, também forja uma violenta invisibilidade das mulheres na esfera pública e, de efeito, cria

⁶ A soma dos números ultrapassa 100% em virtude de ter sido possibilitada mais de uma resposta nas questões de múltipla escolha.

uma amnésia histórica e socioespacial nelas e sobre elas. Tal fato clarifica que as questões relacionadas à invisibilidade e à opressão contra as mulheres estão diretamente ligadas à luta de classes e, por conseguinte, são produzidas e capilarizadas dentro das estratégias utilizadas pela classe detentora do poder para se apropriar da história e da memória urbana do processo de produção do espaço urbano de Goiânia.

Uma primeira constatação desses estratagemas advém de dois preceitos teóricos que embasam o “moderno” planejamento urbanístico e arquitetônico de Goiânia. Um é o da escola de Chicago que, entre outras concepções, promove a desnaturalização da análise da produção do espaço; o outro é o idealismo neo-hegeliano, que prega uma visão teológica e determinista da natureza, do espaço e da humanidade. Nestas concepções, os sujeitos existem a partir dos objetos e os objetos transformam-se em coisas e, em decorrência, a cidade ganha vida própria. É a coisificação tanto da humanidade como de seus processos produtivos, que terá como sustentáculos o idealismo e a ideologia, ambos essenciais para garantir a ilusão do predomínio da mercadoria sobre a obra.

Sendo assim, os processos (socioespaciais e históricos), as contradições e qualquer possibilidade de alteração da ordem estabelecida são escamoteados. À vista disso, negam-se a materialidade e o movimento, bem como a própria vida, constituindo, assim, uma ilusória transformação da técnica, da racionalidade e da ciência em mitos e em dogmas. Ora, cidades e civilizações abrolhando das formas e do acaso nada mais são do que a “mágica” da ideologia anunciando o fim da história e a nascitura do divino mundo neo-hegeliano, que surge exaltando o produto final, mitigando o processo histórico da produção dos espaços urbanos e negando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista (PELÁ, 2016).

Contudo, as diversas e diferentes investigações já realizadas sobre o processo de construção de Goiânia apontam que a contradição entre o moderno e o tradicional foi um dos vetores da constituição da cidade, uma vez que a aparência da nova capital poderia ser moderna e cosmopolita, mas a sua essência carregaria traços tradicionais que se embasavam no modo de produção capitalista e na cultura patriarcal.

Duas questões balizam esta afirmativa. A primeira é que a criação de Goiânia está diretamente ligada ao projeto desenvolvimentista e de integração do Brasil que tinha como um dos objetivos a expansão do capitalismo via modernização do território. A segunda é que, tanto a elite construtora como grande parte da população da nova capital seriam compostas por migrantes oriundos das cidades do interior do estado de Goiás, que tinham o coronelismo como principal prática política e sociocultural.

Sendo assim, não há como falar de Goiânia sem incluí-la em um projeto nacional e sem considerar as suas raízes rurais, uma vez que as forças produtivas, assim como os modos de produção e de vida, também são relações resultantes dos processos sociohistóricos e espaciais. A cidade, como realidade prático-sensível do espaço, é uma produção social. E como tal é que Goiânia se produz e reproduz em conexão com as forças produtivas e as relações de produção. Deste modo, a dicotomia criada entre rural e urbano

é mais uma das estratégias de poder que tem gerado, de acordo com Souza (2021), uma espécie de urbanofilia contra uma ruralfobia.

Esta relação entre cidade e rural, segundo Cecchini (2021), não é dicotômica, mas sim dialética porque, apesar de serem formas diferentes de vida, ambas são oriundas das ações antrópicas. Segundo o autor, a cidade, que hoje se apresenta como o lócus das atividades humanas, não sobrevive sem o campo porque o reducionismo de sua produção socioespacial é o princípio (e consequência) da crise da cidade, ligada à outro reducionismo (sua causa primária) que é a aquiescência do pensamento único como critério para governá-las.

As argumentações dos autores nos levam a inferir que para analisar a cidade é necessário ater-se ao processo de produção socioespacial, e não apenas ao resultado de suas formas e conteúdos. O resultado não surge do nada, ele é proveniente das ações e relações humanas; por isso, o rural se imbrica nas formas e conteúdos da cidade. E acrescenta-se: estes conteúdos são reforçados pelo apego à tradição cultural e pela força da ideologia que tenta camuflar a realidade dos processos histórico, econômico e socioespacial.

Goiânia, como qualquer outra cidade erigida sob a égide do capitalismo e da modernidade, é um exemplo concreto de que o processo de desenvolvimento e urbanização do território brasileiro é conservador. Contudo, não se pode negar a dialética que existe nos conflitos, bem como a força da ideologia que não possibilita que o entendimento desta realidade esteja ao alcance de todos. A cidade representa para muitos o sonho de uma vida próspera e pujante, principalmente para os que têm uma lida dura e escassa de possibilidades no campo. No caso das mulheres, cresce-se a este sonho de melhoria financeira a busca da emancipação de sua existência, fazendo que tanto a cidade como o urbano se apresentem, para elas, como campo fértil de possibilidades e como contraponto ao patriarcado.

É exatamente aí que se encaixam as reflexões Lefebvre (2008) sobre a representação do urbano como utopia e o porvir de uma nova sociedade. No sonho pela emancipação, as mulheres vislumbram, a partir da vida urbana, uma possibilidade de desconstrução de um modo de vida onde elas existirão sem a subordinação aos homens e a opressão enclausurante da cultura patriarcal. No entanto, como já apontamos, os vetores fundantes das cidades modernas (capitalismo e patriarcado), como é o caso de Goiânia, não possibilitam que as mulheres realizem este “sonho” em sua integralidade, já que a opressão exercida pela cultura patriarcal são mecanismos de controle utilizados para garantir que elas continuem a desempenhar a função social de acumulação das riquezas e de geração de força de trabalho.

Fica evidente que a cisão entre rural e urbano é mais uma cortina de fumaça em torno da realidade, que tem como objetivo escamotear o que de fato há para ser averiguado, a saber, a luta entre os agentes que dominam econômica e culturalmente as cidades e os movimentos sociais e políticos que protestam contra este domínio. Esta reflexão remete às seguintes indagações: quais são os mecanismos e instrumentos que garantem esta

imaginária “cisão” entre o moderno e o tradicional, que quase a tornam um axioma? Qual a relação desta cisão com a criação de um espaço urbano sexista que anula as mulheres como produtoras da existência humana?

Um primeiro argumento são as linguagens do poder. Nesse trecho do editorial “Um homem e Uma Obra”, que versa sobre a construção de Goiânia, é possível constatar esta assertiva:

Pelo papel a que está destinada a desempenhar em nossa economia, devido a sua esplêndida localização geográfica; pela função social que está exercendo, de integradora de nossos hábitos e costumes [...]; pela atuação política, que em consequência de tudo isso vai desenvolvendo, altamente nacionalizante, porque aproximando grupos populacionais variados, que aqui se amalgamam social e biologicamente, possibilitando a formação de uma democracia social e biológica, tão da essência do Estado Nacional, Goiânia se situa, no Brasil, como uma cidade ímpar, e o seu fundador adquire, por isso, o relevo dos gênios. (REVISTA OESTE, 2001, p. 197, reedição).

A matéria, publicada em julho de 1943 na revista oficial do Governo do Estado de Goiás, demonstra claramente como as linguagens do poder são utilizadas para construir toda uma atmosfera de novo, esperanças e oportunidades em torno da construção da nova capital de Goiás. Destaca-se a estratégia da criação de dois mitos: Pedro Ludovico, como o herói construtor, e Goiânia, como cidade-sujeito; ou seja, uma total inversão de sentidos, em que o objeto se transforma em sujeito e o sujeito só é visível no objeto (CHAVEIRO, 2001).

O trecho destacado a seguir do artigo de opinião, “A praça e o monumento de Pedro Ludovico Teixeira”, publicado no Jornal Diário da Manhã em outubro de 2015, reforça estes argumentos, ao dizer que:

Importante fazer o registro das personalidades de Goiás que de uma forma ou de outra iniciaram e marcaram o passado de uma época promissora para a força do presente pujante, construindo os primeiros pilares da infraestrutura goiana. Dentre tantos, nomeio Pedro Ludovico Teixeira, o pai de Mauro Borges Teixeira, um homem construtor dos tempos [...] e, segundo os anais da história goiana, o responsável, através de decreto governamental, pela mudança da capital de Goiás para Goiânia. Pedro Ludovico era médico por formação e político naturalmente moldados pelos sonhos e ideais formados pela bandeira da Revolução de 1930. Um sonho realizado por Pedro Ludovico, e nele, no mês corrente, comemorasse o aniversário da cidade de Goiânia, a capital do Brasil Central que hoje está com uma população estimada em 1.430.697 milhão de habitantes, segundo o IBGE (FILHO, 2021, p. 1).

Fica evidente que Goiânia também é tecida no verbo. Porém, não é qualquer verbo. É um verbo que, além de ser carregado de ideologia, também é sexista porque, ao se embasar em uma linguagem androcêntrica, que enaltece o masculino e exclui as mulheres dos discursos oficiais, promove o apagamento destas dos processos históricos e geográficos e, por conseguinte, cria um simbolismo cultural que transforma a diferença sexual em desigualdade social.

Segundo Bueno (2020) esta é uma forma de discriminação revelada da qual emerge o sexismo linguístico. Afinal, segundo a autora, o que não é nominado não existe. Por isso, o não dizer também é um modo de dizer, haja vista que aquilo que a linguagem omite é uma mensagem de exclusão ou de supressão de outros dizeres imagináveis. E o resultado deste fenômeno é o encadeamento de uma amnésia histórica e sociocultural da memória das mulheres, principalmente as oriundas da classe trabalhadora nas cidades.

Este apagamento é mais um ato de violência contra a mulher. Excluí-la da história é condenar a sua existência a uma insignificância sem precedentes. Mais do que isso: é a completa negação de sua vida biológica e cultural que tem a capacidade e o poder de gerar outras vidas, riquezas, força de trabalho, enfim, de fazer parte do processo de produção social. O seu poder é temido e, por isso, “não basta” oprimi-la, queimá-la na fogueira, apedrejá-la, chamá-la de puta, excluí-la da vida pública: é preciso anular a sua vida e qualquer vestígio de sua existência.

Em suma, os registros históricos não são meras e pueris recordações, mas representações sociais, simbólicas e políticas feitas pelos diferentes sujeitos sociais da vida da cidade que revelam a imaterialidade como componente do espaço e de sua inserção no mundo. Como bem lembra Abreu (1988), a vivência da cidade dá origem a diversas memórias coletivas que podem ser distintas uma das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade.

Deste modo é que, apesar da força da linguagem na formação da subjetividade humana, para que este processo de apagamento seja consistente é importante que seja materializado, haja vista que a objetivação da ideia em algo concreto e palpável é um fator importante de reforço ideológico e de desvirtuação da verdade. Em Goiânia esta estratégia, que consiste no segundo argumento que apresentamos, pode ser perceptível em seus símbolos de poderes.

Com efeito, acrescenta-se a este processo de apagamento da memória, por meio discurso ideológico e sexista, o uso dos códigos e dos símbolos do poder que foram materializados no espaço urbano de Goiânia. A espacialização das práticas socioculturais é algo inerente à condição humana e, desta feita, quando se “forja” outra significação cultural da realidade é necessário criar mecanismos de poderes consistentes que consigam camuflar o real processo do construto histórico e sociocultural.

As imagens a seguir, que retratam os Monumentos ao Bandeirante, às Três Raças e a Pedro Ludovico Teixeira, corroboram com esta afirmativa.

As fotografias simbolizam e complementam o que temos defendido sobre Goiânia ter o patriarcado, o conservadorismo e o sexismo como vetores fundantes de seu espaço urbano. A primeira imagem retrata o Monumento ao Bandeirante, que se situa em uma praça que leva o nome de Atílio Corrêa Lima, arquiteto urbanista que projetou a cidade, e foi inaugurado em 1942 para homenagear Bartolomeu Bueno da Silva. Ora, a cidade criada sob a égide da modernidade e como símbolo de civilidade e progresso tem um escravista encravado nas suas duas principais avenidas centrais. Isso nada mais é que o velho vindo travestido de novo para escamotear as estratégias do poder, haja vista que a dubiedade é um excelente elemento para falsear a verdade.



Figuras 3, 4 e 5: Fotografias dos Monumentos ao Bandeirante, às Três Raças e a Pedro Ludovico Teixeira – Goiânia/GO
Fonte: Fotografias dos autores (2021).

Como se isto não bastasse, vinte e seis anos após, em 1968, é inaugurado no centro da principal praça da cidade – a Praça Pedro Ludovico Teixeira (mais conhecida como Praça Cívica) – o Monumento às Três Raças, construído para homenagear a miscigenação entre as etnias branca, negra e indígena, que deu origem ao povo goiano. O irônico é que o monumento, que foi esculpido por uma mulher, a escultora Neusa Moraes, é retratado apenas por homens, o que reafirma as argumentações de que as mulheres na cultura patriarcal são subjugadas e, destarte, são completamente alijadas da história oficial e dos processos simbólicos do poder.

Para reforçar ainda mais esta lógica de exaltação de poder dos homens e, consequentemente, de invisibilidade da mulher, em 2015 foi inaugurado, na mesma praça, um monumento em homenagem ao herói construtor de Goiânia: Pedro Ludovico Teixeira. Este monumento, além de exaltá-lo como o dito herói construtor, também simboliza as contradições e as imbricações entre moderno e tradicional, rural e urbano, campo e cidade, bem como o processo de ‘sexuar’ a cidade, que vai sendo constituído.

A insegurança, o medo de andar nas ruas, a dificuldade de romper com a cisão entre o público e do privado, entre outros elementos que violentam a existência das mulheres, são reforçados nos/pelos símbolos de Goiânia. Afinal, os objetos são o agir da humanidade sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e a humanidade e, portanto, não é inócuo: sempre fornece sentidos.

Os sentidos que os discursos oficiosos e os monumentos aqui apresentados nos fornecem é de uma cultura conservadora que tem na figura do homem o símbolo do poder. Não por acaso que 90% das mulheres que entrevistamos consideram Goiânia uma cidade machista. A ruralidade que nos é apresentada é a da tradição do domínio do masculino e da sujeição da mulher, ao ponto de uma das participantes da pesquisa, ao responder se considerava Goiânia uma cidade machista, afirmar:

Bastante, inclusive pretendo sair daqui quanto antes por isso. A cultura goiana colabora com os comportamentos machistas que nós mulheres observamos nos bares, na rua, no ônibus e a falta de lugares adequados para assegurar as mulheres e deixá-las confortáveis corrobora com a estrutura machista. A ruralidade envolvida na produção do mapa econômico pela exploração de recursos naturais a partir do agronegócio amplifica esses problemas sociais [...]. (MULHER 4, 2021).

Em outra resposta sobre o machismo de Goiânia, a depoente expõe os processos de objetivação da mulher enquanto mercadoria e de discriminação no mercado de trabalho.

[...] Há um incentivo ao consumo feminino e a venda de Goiânia como lugar de "mulher bonita". Eu já coloquei *insufilm* em um carro que eu tinha por conta de preconceito, vários homens se sentiam no direito ou de me xingar ou de dar em cima de mim no trânsito por ser mulher. No mercado de trabalho predomina uma figura de que a mulher não tem competência, precisa ter um respaldo masculino. Então sim, Goiânia é muito machista ainda, essa "capital com cara de interior" é um efeito que até hoje as pessoas propagam como algo positivo, mas é uma grande farsa. Não vejo a cidade como acolhedora. (MULHER 5, 2021).

É notório que pela ótica oficial e de poder, a cidade da prosperidade, do novo e do avanço está longe de ser vivida e desfrutada pelas mulheres com igualdade de poderes. Na verdade, ela as exclui, mas, contraditoriamente, não as descartam, haja vista que sua mão de obra é imprescindível na produção social e econômica das riquezas da cidade. Por isso, os artifícios de poder e controle, como a violência, a invisibilidade, a exclusão socioespacial e a opressão, são contra elas tão utilizadas, já que visam a negação do seu ser e o enfraquecimento de sua existência enquanto sujeitos históricos que são, por direito e fato.

Considerações em movimento

As considerações apresentadas neste estudo nos permitem refletir que ultrapassar uma lógica que dicotomiza espaço interno e determinações externas na análise geográfica da vida urbana, requerem compreender o projeto que fez originar Goiânia no concerto da formação socioespacial brasileira. Embora, as pesquisas e as análises envolvendo a metropolização de Goiânia; os deslizamentos dos planos originais; as suas relações com Brasília-DF; as suas funções na divisão regional do trabalho (especificamente na região Centro-Oeste); tenham, nos últimos anos, dado sinais de avanço, é momento de observar, interrogar e interpretar a cidade a partir dos sujeitos. E daí, de suas práticas espaciais, de seus conflitos e das linhas de força que dele emanam.

Nesta perspectiva, nos coube averiguar a relação entre ação urbana colonizadora e segregação. Coube-nos também compreender o grau de afinidade e de intersecção entre capitalismo e patriarcado. De fato - e concretamente - as mulheres, desde o início, tiveram presentes na construção de Goiânia, mas foram - e são - ideologicamente excluídas das representações e das pesquisas. Mas vimos que é mais que isso: as mulheres continuam sendo segregadas e objetos da violência social e urbana.

Violência e segregação estas que se abroham das negações da concretude, do movimento e da própria vida. São estratégias de poder que visam naturalizar e, conseqüentemente, falsear as desigualdades socioeconômicas, as contradições estruturais e culturais, a opressão, o conservadorismo e, acima de tudo, as mulheres como produtoras da existência humana. E, ao negarem a realidade, ditas estratégias forjam uma memória coletiva de que a Goiânia por si só representa o progresso e, com isso, apaga o passado, a história e a memória das contradições, dos conflitos e da participação das mulheres e dos trabalhadores em sua construção.

Este apagamento histórico e impetuoso se perpetua por duas vias. A primeira é pelo sexismo urbano que, fruto da imbricação entre o modo de produção capitalista e o modo de vida baseado na cultura do patriarcado, se materializa nas formas, nos conteúdos e na dinâmica socioespacial de Goiânia gerando as desigualdades socioespacial e de gênero. Já a segunda é a violência contra as mulheres que se coloca como uma das mais letais armas que o capitalismo e o patriarcado promovem e usam para garantir a sua perpetuação.

A partir daí é possível compreender a origem e o porquê desta distinção e fragmentação entre o público e o privado que, além de altamente nocivo e violento para as mulheres, é um dos fatores que contribui para promover a sua invisibilidade e a expropriação da sua força de trabalho. A fragilização e o aniquilamento social, político e econômico das mulheres da vida pública são imprescindíveis para garantir a sua dominação e exploração pelos homens.

Contudo, como apontamos, a vida é movimento ininterrupto. Este movimento é que indica que a humanidade não é passível de alienação total. Ela resiste e luta para garantir as suas necessidades e os seus desejos supridos. Por isso é importante ressaltar

que as mulheres estão lutando contra esta ordem estabelecida e se adentrando nos espaços políticos e econômicos e construindo outras formas de vida na e pela cidade.

Referências

- ABREU, M. de A. *Sobre a memória das cidades*. Revista da Faculdade de Letras – Geografia Série I, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BUENO, A. L. D. *A produção do sexismo na linguagem: gênero e poder em dicionários da língua portuguesa*. Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/674.pdf> Acessado em: 5 mar. 2021.
- CALIÓ, S. A. *Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana*. 1991, São Paulo, 177p. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 1991.
- CECCHINI, A. *Vita di città, vita di campagna*. Disponível em: <https://multiversoweb.it/riviste/duce/vita-di-citt%C3%A0-vita-di-campagna/> Acessado em: 10 mar. 2021.
- CHAVEIRO, E. F. *Goiânia: uma metrópole em travessia*. 2001. 321f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2001.
- DARKE, J. *The Man-Shaped City*. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane; YEANDLE, Sue (comps.). *Changing Places. Women's Lives in the City*. Londres, Sage, 1996, p. 88.
- FEDERECI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- KERN, L. *'Upward-thrusting buildings ejaculating into the sky' – do cities have to be so sexist?* The Guardian, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/fWE4S4u>. Acessado em: 7 mar. 2021.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.
- PELÁ, M. C. H. *Uma nova (des) ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação de Goiânia, Brasília e Palmas*. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/nWYDqUG> Acessado em: 7 mar. 2021.
- VIEIRA, C. A. *Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia*. 282f. Tese (Doutorado em Estudos

Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador/BA, 2013.

REVISTA Oeste. *Um homem e uma obra*. Goiânia: Agepel, 2001 CD-Rom.

SOUZA, M. L. *Seria a cidade, em si mesma, uma solução?* Disponível em <https://passapalavra.info/2019/09/128457/>. Acessado em: 2 mar. 2021.

FILHO, A. A. *A praça e o monumento de Pedro Ludovico Teixeira*. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/VWE4Cq7> . Acessado em: 2 mar. 2021.

**A pesquisa intitulada “As mulheres e a produção do espaço urbano de Goiânia”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 45134921.3.0000.8011, entrevistou 188 mulheres e teve como objetivo abrir a escuta sobre as impressões, objetivas e subjetivas, que elas têm da vida urbana goianiense.*

Márcia Cristina Hizim Pelá

Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN); Pós-Doutoranda em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

Avenida. Bela Vista, 26, Jardim Esmeraldas, Aparecida de Goiânia - GO, 74905-020

E-mail: marciapela@unifan.edu.br

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Pós-Doutor em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ).

Avenida Esperança, s/n - Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970

E-mail: eguimar@hotmail.com

Recebido para publicação em fevereiro de 2021
Aprovado para publicação em maio de 2021